

As sugestões de Brady ainda não formam um plano

MAR 1989

do The Economist

Quando James Baker estava à frente do Tesouro dos EUA, ele quis que os bancos injetassem mais dinheiro nos maiores devedores do Terceiro Mundo. Mas os bancos disseram-lhe — muito delicadamente, é claro — que tirasse o cavalo da chuva. Agora, seu sucessor, Nicholas Brady, torna a instar com os bancos para que aliviem os devedores de parte de sua dívida — e isso tem seu preço! —, deixando-os com menos juros a pagar. Embora bem-vindo, o Plano Brady apenas escamoteia os fatos: "redução voluntária da dívida" (por favor, nada de falar em "perdão") — esta locução está na boca de todos os banqueiros. Nos últimos dois anos, ela cortou pelo menos US\$ 24 bilhões da dívida do Terceiro Mundo. O fato novo na proposta de Brady, porém, é que ele deseja usar os recursos do FMI e do Banco Mundial para ajudar a acelerar esse alívio da carga da dívida externa.

A idéia é que, como parte de sua política de empréstimos aos países devedores, o Fundo e o Banco pode-

riam dar sua garantia aos "exit bonds", "títulos de saída" emitidos por este ou aquele devedor.

Os bancos poderiam trocar seus empréstimos por tais títulos, a um desconto significativo, evitando assim ter de emprestar ainda mais dinheiro aos devedores. Ou, então, as agências internacionais poderiam ajudar a recompor as reservas nacionais exauridas recuperando a dívida ao desconto de mercado (e assim, efetivamente, saldando-a a preço baixo). Usando estes e outros meios semelhantes, o Banco e o Fundo poderiam oferecer ajuda direta aos países exauridos pela dívida externa, nas linhas recentemente preconizadas em The Economist — se bem que a cartilha Brady não chegue a sugerir que os bancos devam aceitar uma capitalização automática dos pagamentos de juros acima de uma cota acordada dos proventos de exportação deste ou daquele devedor.

Embora sensatas, as propostas de Brady carecem de especificidade. O Japão, estimulado pela semelhança entre algumas das idéias de Brady com o seu

Plano Miyazawa do ano passado, ofereceu grandes somas em dinheiro para ajudar a implementá-las. Mas as perguntas suscitadas e não respondidas pelas idéias de Brady clamam por séria reflexão.

Quais as totais necessidades de financiamento dos principais devedores? Em que real medida a redução da dívida pode contribuir? Brady espera que a repatriação do capital evadido também faça sua parte; mas isso só acontece, se acontecer, ao término do processo de recuperação de uma economia: não durante ele. Jovialmente, diz Brady: "Mas é claro que os bancos continuarão interessados em oferecer mais dinheiro". E claro? Caso os bancos incentivem os países a recomprarem a dívida, ou caso a vendam ou a convertam, com grande desconto, no mercado secundário, eles não estarão de forma alguma dispostos a oferecer mais dinheiro — ainda que isso viesse de encontro a seus interesses a longo prazo. É bom que os americanos cheguem finalmente à conclusão de que o Plano Baker fracassou, mas por que bater em retirada de

forma tão desastrada? Brady apressou-se tolamente a apresentar sua solução para a crise americana das sociedades de poupança (S&L), sem outro resultado que o de vê-la recuperada pelo presidente Bush. Será que isso poderia acontecer de novo? Dizem alguns que o interesse de Bush começa e termina no México — muito embora os recentes distúrbios na Venezuela, que tiveram por estopim as medidas de austeridade propostas pelo FMI, lhe tenham trazido preocupação. Para que o perdão total ou parcial da dívida seja visto na perspectiva correta, é preciso entender que quase metade da dívida externa do México teria de ser totalmente cancelada, para que esse país dispusesse, mediante a redução do desembolso dos juros, do tipo de díheiro de que necessita — de US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões por ano nos próximos cinco anos.

Enquanto isso, a incerteza que paira sobre os detalhes ameaça espalhar confusão nas negociações sobre a dívida externa. Alguns banqueiros prevêem moratórias do tipo anos 30. A outros repugna a idéia de

manipular a legalidade dos contratos de empréstimo. As agências multilaterais prevêem problemas ao se premiar a incompetência — quer tenha ocorrido na direção de países ou de bancos. Mas não deveríamos deixar que dúvidas desse tipo obstassem medidas que pudessem acelerar a redução da dívida. Este é o caminho sensato — desde que encarado como uma contribuição útil, não como cura milagrosa.

O próximo passo de Brady deveria ser apresentar propostas amadurecidas e endossadas por Bush — entre as quais poderia estar uma opção para a capitalização dos juros — a seus colegas ministros das Finanças, do Grupo dos Cinco, quando com eles se encontrarem proximamente. Aí, os ministros discutiriam de que maneira encontrar novos financiamentos, bem como as formas de aproveitar o díheiro japonês, jamais esquecendo-se de que o socorro, venha de onde vier, terá de estar amarrado a programas econômicos razoáveis por parte dos países devedores.

Aí, e só então, o plano merecerá esse nome.